

Formação docente inclusiva: análise de cursos de licenciatura em ciências da natureza de duas Universidades Federais do Rio Grande do Sul

Jéssica Prado (IC), Franciane Cruz de Lima (PG)*, Maurícius Selvero Pazinato (PQ), Camila Greff Passos (PQ)

francianesclima@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Formação inicial de professores, Licenciatura em Ciências da Natureza.

Área Temática: Educação Inclusiva

RESUMO: Este trabalho analisa os componentes curriculares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de formação de professores em Ciências da Natureza, grau de licenciatura, em duas universidades públicas do Rio Grande do Sul até 2022: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) Campus de Dom Pedrito, em funcionamento desde 2017 e 2011, respectivamente. O objetivo é avaliar se esses cursos atendem à critério da legislação brasileira a relação com a educação inclusiva. Foram utilizados documentos institucionais, como PPCs, matrizes curriculares e ementas de disciplinas, e a análise documental produziu resultados qualitativos. Observe-se que ambas as universidades têm uma presença limitada de ensino inclusivo em seus currículos, com apenas duas disciplinas obrigatórias na área e na Universidade Federal do Pampa-Campus Dom Pedrito há, também, oferta de uma disciplina eletiva.

INTRODUÇÃO

O direito à educação para pessoas com deficiência, assim como outros direitos, no decorrer da história foi fruto de uma luta social constante, passando por fases de total exclusão, segregação, integração e caminhando nas últimas décadas para a inclusão. Após as recomendações de Salamanca, leis e decretos ao longo dos anos foram sendo criados, a fim de garantir o acesso da pessoa com deficiência aos diferentes níveis de educação, de forma inclusiva. As leis criadas foram direcionadas ora para garantir o acesso dos estudantes, ora para assegurar nas licenciaturas a obrigatoriedade de formar futuros professores em uma perspectiva da educação inclusiva (LIMA *et al.*, 2022).

Destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que visa garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além disso, a PNEE estabelece a formação de professores e profissionais da educação para atender às necessidades educacionais especiais. Esses propósitos estão alinhados com a Lei Brasileira de Inclusão, que promove os direitos, a igualdade e a cidadania das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

Neste contexto de incorporação da Educação Inclusiva na formação de professores em cursos de licenciatura, este estudo visa analisar as estruturas curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências da Natureza na UFRGS e na UNIPAMPA, campus Dom Pedrito. O objetivo é examinar as abordagens relativas à educação inclusiva e sua conformidade com a legislação pertinente, identificando as disciplinas que a incorporam e avaliando a organização desses tópicos nos diversos componentes curriculares pedagógicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, após um período de 80 anos, é relevante avaliar os modelos de formação dos cursos de licenciatura. Em muitas universidades brasileiras, ainda persiste uma abordagem que prioriza o ensino de conteúdo nos primeiros anos e relega a formação pedagógica aos professores de ensino. Essa ênfase excessiva no domínio do conhecimento específico tem levado à redução da carga horária dedicada à didática nos cursos (MARTIN; ROMANOWSKI, 2010). Isso tem gerado problemas, como a falta de conexão entre os futuros professores e a realidade escolar, bem como a escassez de preparação para lidar com os desafios da sala de aula.

A escola é um ambiente político e social, que requer um olhar muito além da transmissão de conteúdo, por isso a formação de professores necessita de uma prática pedagógica mais extensiva do que vemos hoje, pois somente com a vivência nas escolas é que certos aspectos da prática pedagógica podem ser verificados e discutidos com propriedade, como por exemplo, a heterogeneidade presente nas salas de aula (LIMA *et al.*, 2022).

Com as reformas que o ensino regular vem sofrendo nos últimos anos, com a Educação Inclusiva tendo mais espaço, é mais comum ter estudantes com necessidades especiais nas salas de aulas de ensino regular do que há dez ou quinze anos atrás. Consequentemente se faz necessário uma formação de futuros professores envolvendo diferentes saberes pedagógicos, que possibilite aproximações teórico-práticas com a educação inclusiva e reflexões sobre a realidade vivenciada nas escolas além da sensibilização para a questão (AMES, 2021).

Nesse contexto, é de suma importância que os futuros professores se preparem devidamente para atuar em uma sociedade em que a Educação Inclusiva é um tema amplamente debatido e que também já apresenta um número específico de estudantes com necessidades específicas matriculados no ensino básico (HUMMEL; SILVA, 2017). Isso significa que, além dos debates sobre Educação Inclusiva, sua implementação está ocorrendo gradualmente no ensino regular. A falta de formação inicial que aborde a inclusão, somada à deficiência de apoio nas escolas, acarreta consequências adversas tanto para os professores quanto para os alunos, expondo estes últimos ao risco de exclusão, mesmo quando estão presentes nas salas de aula.

A formação inicial dos futuros professores deve ser a que contemple ações pedagógicas voltadas à educação inclusiva, fazendo com que licenciando desenvolva aspectos como o de perceber, valorizar, flexibilizar, avaliar e atuar em equipe a fim de promover e valorizar a educação inclusiva.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa pode ser descrita como exploratória, uma vez que "[...] fornece maior familiaridade com o problema, com a intenção de torná-lo mais explícito ou de construir hipóteses. Pode-se afirmar que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições [...]" (GIL, 2002, p. 41). A abordagem será qualitativa, pois não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Para tanto, foram utilizadas fontes como levantamento em livros, trabalhos acadêmicos e revistas, bem como a análise documental dos PPCs, das matrizes curriculares, da legislação do sistema educacional e das ementas das disciplinas dos cursos de Licenciatura em Ciências da Natureza da UFRGS e UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja revelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Para a análise dos documentos dos cursos, realizou-se uma leitura preliminar dos nomes das disciplinas ministradas e, quando o nome da disciplina suscitava dúvidas quanto à sua relação com o foco da Educação Inclusiva, procedemos à leitura da súmula e/ou do Plano de Ensino. Outras fontes de pesquisa, como sites institucionais e recursos disponíveis, fundamentaram a discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teve início pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que participou do programa de expansão das universidades federais no Brasil. Um Acordo de Cooperação Técnica foi estabelecido entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), com o propósito de promover o crescimento do Ensino Superior na região sul do estado do Rio Grande do Sul. A UNIPAMPA foi criada pelo governo federal, conforme estabelecido na Lei nº 11.640, de 11/01/2008, com o objetivo de combater a estagnação econômica na área em que está localizada, reconhecendo que a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional. A universidade busca atuar como um agente que promove a incorporação duradoura da região ao cenário de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza foi implementado no campus Dom Pedrito em 2011 e habilita os graduados para o ensino fundamental e médio (UNIPAMPA, 2011).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, implantou o Curso de Ciências da Natureza, para os anos finais do Ensino Fundamental licenciatura-EAD, sediado no Instituto de Geociências desde 2017, ofertado em quatro polos da Universidade: Porto Alegre, Imbé, São Francisco de Paula e Novo Hamburgo. O curso propõe-se a atender a uma demanda reconhecida no Ministério da Educação de professores de Ciências dos Anos Finais do Ensino Fundamental, que historicamente procuram qualificação que considere as especificidades da área numa visão integrada e transversal dos componentes curriculares da Matemática, da Física, da Química, da Biologia, da Geografia e da Educação (UFRGS, 2017).

No tocante a formação inicial de professores, especificamente nos cursos de Ciências da Natureza, rio-grandenses analisados, verificou-se que os referidos cursos são ofertados em duas universidades públicas federais, sendo um em modalidade Educação a Distância/EaD, que é o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS e na modalidade presencial na Universidade Federal do Pampa-Campus Dom Pedrito. A seguir, no Quadro 1 as disciplinas voltadas a Educação Inclusiva encontradas nos currículos dos cursos em questão.

Quadro 1: Os componentes curriculares com vista à formação inclusiva nos cursos de Licenciatura em Ciências da Natureza no Rio Grande do Sul.

Curso	Disciplina Voltada à inclusão	Modalidade da disciplina	Horas/aula
UNIPAMPA, campus Dom Pedrito	LIBRAS	Obrigatória	60
	Práticas pedagógicas II: diversidade, antropologia, ética e inclusão	Obrigatória	60
	Princípios éticos-políticos-pedagógicos para a inclusão	Optativa	60
UFRGS, EAD	LIBRAS	Obrigatória	60
	Inclusão escolar e educação especial: contexto e práticas pedagógicas	Obrigatória	45

Ao verificar as grades dos cursos de Ciências da Natureza em vigência até 2022, verificou-se que nas duas universidades há a oferta de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é obrigatório por lei. Ambas as instituições disponibilizam a disciplina com 60 horas-aula. É evidente a necessidade que a LIBRAS tem no currículo do futuro licenciado, no entanto, ela é uma língua e como tal, há diversos símbolos e formas que devem ser absorvidos, uma carga horária maior pode ser interessante.

Na UFRGS é ofertado uma disciplina obrigatória na grade de componente curricular, “Inclusão escolar e educação especial: contextos e práticas pedagógicas”, com 45 hora-aula. Não há disciplinas sobre inclusão optativas no referido curso nesta



Universidade. Já na UNIPAMPA é ofertado uma disciplina obrigatória na grade de componente curricular, “Práticas pedagógicas II: diversidade, antropologia, ética e inclusão”, com 60 hora-aula. Além disso há a disciplina, “Princípios Ético-Político-Pedagógicos para a Inclusão”, que é optativa. Portanto, ambos cursos possuem disciplinas que possibilitam um conhecimento acerca da inclusão e suas políticas.

A educação inclusiva, ainda que muito longe do ideal, avançou consideravelmente nos últimos anos, com mais espaços de discussões e estudos. No âmbito curricular, é possível verificar avanços em cursos de licenciatura, ao trazerem dentre os componentes curriculares, componentes que tratam ou perpassam pela educação inclusiva (AMES, 2021).

Na Universidade Federal do Pampa-Campus Dom Pedrito o curso foi ofertado em 2011, segundo o PPC, a grade curricular conta duas disciplinas obrigatórias e uma complementar relacionadas à inclusão. A discussão sobre a educação especial inclusiva fica a cargo dessas disciplinas e em outras disciplinas como Didática (refere-se a especificidades do local e não dos alunos), Prática Pedagógica IV: Planejamento, Psicologia da Aprendizagem e em Prática Pedagógica V: Avaliação Educacional, não foi encontrado nas ementas tópicos diretos relacionados à Educação Inclusiva e Especial.

O curso de Licenciatura em ciências da Natureza, para os anos finais do Ensino Fundamental, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS implementado no ano de 2017, segundo o Projeto Pedagógico do Curso, além das disciplinas já informadas, é possível encontrar referências a educação inclusiva e especial nas ementas de disciplinas como Cotidiano Escolar na Contemporaneidade que destaca “Observação e reflexão acerca do cotidiano da escola e sobre a responsabilidade ética do professor para com a educação e com a vida dos sujeitos, visando a ressignificação dos modos de ensinar, aprender e avaliar na contemporaneidade, na valorização de experiências de aprendizagem com as tecnologias, integrando sociedade e natureza diante dos impactos ambientais e violências de comportamento a exemplo de práticas de *bullying* e convivência das diferenças de credo, raciais, gênero e orientação sexual.” (UFRGS, 2017). Também em Seminário Integrador 3 “Planejar, na perspectiva colaborativa, ações de ensino interdisciplinares e inclusivas e práticas mitigadoras sobre as temáticas pesquisadas através da problematização-reflexão e intervenção.” (UFRGS, 2017). O que abre espaço para discussões que abordem a inclusão, no entanto, com espaço menor do que se ofertasse em forma de disciplina.

A análise curricular da UNIPAMPA, como já mencionado, possui duas disciplinas obrigatórias voltadas à inclusão e uma optativa na grade curricular. No rol de disciplinas optativas voltadas à educação inclusiva, está a disciplina de Princípios Ético-Político-Pedagógicos para a Inclusão 60 horas-aula.

A disciplina, apesar de extremamente importante, é ofertada como optativa, o que pode levar o acadêmico a cursar ou não, além das disciplinas obrigatórias. Apesar



de abordar aspectos da educação inclusiva, a educação especial não é abordada diretamente, o que chama atenção, pois ao acessar o site do curso de Ciências da Natureza licenciatura, UNIPAMPA, é possível verificar que no tópico sobre o curso, perfil do egresso, está citado entre as aptidões propor metodologias e materiais de apoio inovadores, incentivando o desenvolvimento da inclusão, da cidadania e das relações étnico-raciais.

Por fim, a análise dos cursos foi possível observar que ambas estão adequadas quanto ao Decreto nº 5.626/2005, que estabelece LIBRAS como disciplina obrigatória, porém ao que se refere às disciplinas de inclusão, há somente a oferta de duas disciplinas de forma obrigatória, e na UNIPAMPA uma optativa.

Essa formação inicial faz parte de um ciclo que compõe o processo de inclusão, que envolve também a sociedade, poder público e escola. Quando há neste ciclo um sistema que é falho, como a formação inicial, como a inclusão vai acontecer em sua totalidade. A imagem 1, destaca o percentual de alunos de educação especial incluídos em classe comum, por etapa de ensino, matriculados em classe regular presentes no Censo Escolar de 2021 (BRASIL, 2021).

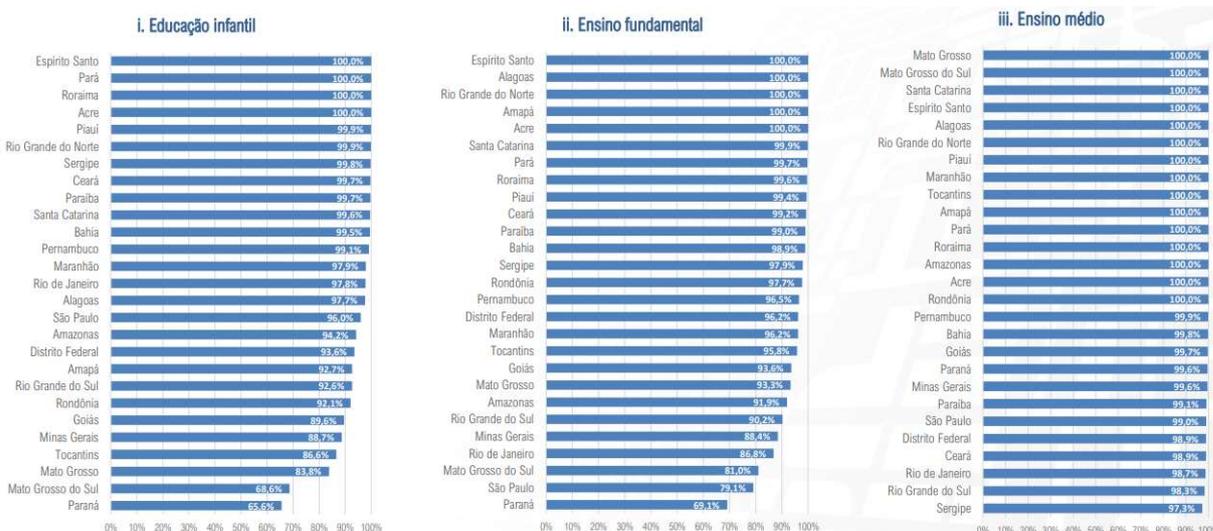


Figura 1: Percentual de alunos de educação especial incluídos (classe comum) por etapa de ensino, segundo a unidade da federação – (BRASIL, 2021).

Ao fazer a leitura dos dados acima, deve-se direcionar o olhar para o Estado do Rio Grande do Sul, II Ensino Fundamental, que é o foco do estudo da pesquisa em questão. Fica perceptível uma pequena defasagem na inclusão dos alunos com deficiência em comparação com outros Estados, ficando em 90,2%, esse percentual de alunos inclusos no Rio Grande do Sul, tem suas raízes em uma política pública deficitária, que perpassa, entre outros aspectos, pela formação inicial e continuada dos professores.

Uma universidade inclusiva, forma profissionais inclusivos, que transformaram a sociedade em um ambiente inclusivo. E esse ciclo depende de fatores que o sustentem, como políticas públicas, em todos os níveis de poder, assim como a participação da sociedade com toda sua força de transformação. Deixar a inclusão sobre os ombros do Professor sobrecarrega o profissional que desde seu início não recebeu uma formação ideal, muitos menos continuada, para auxiliar na inclusão de seus alunos.

Fica explícita a necessidade de políticas públicas e educacionais que promovam a formação inicial e continuada dos professores, para que a inclusão possa ir muito além de apenas a matrícula no ensino regular, para que ela ocorra de fato. Para isso é necessário rever a educação inclusiva enquanto disciplina nas universidades, passando de sugestão para adoção de práticas pedagógicas inclusiva na formação de professores, para lei que torne obrigatório a implantação de disciplinas nas diferentes etapas da graduação, assim como no estágio obrigatório, o acadêmico deve ter o contato com alunos, que o permitam elaborar aulas, material didáticos e instrumentos avaliativos, ainda na graduação (AMES, 2021).

CONCLUSÕES

Neste trabalho foram analisadas as grades curriculares, ementas e PPCs dos cursos de Ciências da Natureza licenciatura de duas universidades públicas do Rio Grande do Sul, com o intuito de verificar se estes documentos contemplam a educação inclusiva.

Nas duas universidades pesquisadas há a disponibilidade da Língua Brasileira de Sinais na grade curricular, ambas com carga horária de 60 hora-aula, executando o que manda a lei, também há em suas matrizes curriculares disciplinas de educação inclusiva e especial como obrigatória. Sendo assim, as duas universidades têm em seu currículo duas disciplinas em caráter obrigatório voltadas à inclusão e na Universidade Federal do Pampa-Campus Dom Pedrito há, também, oferta de uma disciplina optativa.

Conforme dados do Censo Escolar analisados neste trabalho, os professores em sua maioria têm alunos com alguma necessidade especial em suas turmas. Desta forma, podem sentir-se não preparados para trabalhar com esses alunos, tampouco desenvolver atividades que os incluam em suas aulas, conseqüentemente também não conseguem, frequentemente, adequar o instrumento avaliativo a necessidade do aluno, o que ocasiona indiretamente a exclusão.

Portanto, o docente necessita complementar sua formação por meio de cursos, palestras e seminário que discutam conceitos abordando os diferentes tipos de deficiência e suas necessidades específicas. Para isso deve haver políticas

públicas que forneça toda uma estrutura de tempo e recursos, para esse professor se especializar, pois somente assim com o trabalho de toda uma sociedade, poder público e escola, o quadro apresentado durante a elaboração deste trabalho poderá ser transformado e a inclusão poderá de fato acontecer.

REFERÊNCIAS

AMES, A. B. E. **Análise de disciplinas de formação docente inicial para inclusão em cursos de Licenciatura em Química de Instituições de Educação Superior do Rio Grande do Sul**. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Química, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio grande do Sul, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/233607>>. Acesso em: 25 ago 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 25 ago 2023

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 25 ago 2023

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 25 ago 2023

HUMMEL, E. I.; SILVA, R. D. da. Educação Inclusiva: Complexidades na Formação Docente. **Revelli** v.9 n.2. Junho/2017. p. 240-254. Disponível em <<file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/6054Texto%20do%20artigo-23367-1-10-20170803.pdf>>. Acesso em: 25 ago 2023

LIMA, F. S. C., BOHN, D. M., PASSOS, C. G., RIBEIRO, D. C. A. Educação inclusiva no ensino de ciências e de química-uma revisão da literatura sobre as propostas pedagógicas direcionadas a estudantes com desenvolvimento atípico. **Ciência e Natura**, v. 44, p. e32-e32, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/67178/47681>>. Acesso em: 25 ago 2023



LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** Rio de Janeiro: EPU, 2018.

MARTIN, P. L.O.; ROMANOWSKI, J. P. A didática na formação pedagógica de professores. **Educação**, 33(3). Recuperado de <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8077>> Acesso em: 25 ago 2023

UFRGS. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Licenciatura em Ciências da Natureza para os Anos Finais do Ensino Fundamental - Modalidade à Distância.** Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cienciasdanatureza/wpcontent/uploads/2017/11/ProjetoPedagogicoCienciasDaNatureza.pdf>>. Acesso em: 25 ago 2023

UNIPAMPA. **Projeto Pedagógico de Curso Ciências da Natureza Licenciatura.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - Unipampa - Campus Dom Pedrito, 114p., 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/110>>. Acesso em: 25 ago 2023